

# Relatório de Reunião

---

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Educação

Prestação de contas do Governo 2025 – 1º Ciclo

— 5/6/2025 — 14 horas



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
DE MINAS GERAIS



# Relatório de Reunião

---

*Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Educação, entre 1º de janeiro e 30 de abril de 2025, no âmbito do 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo de 2025*

Reunião especial da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como convidada a Comissão Extraordinária da Educação Profissional e Tecnológica

Presidente da reunião: deputada Beatriz Cerqueira

Data: 5/6/2025

Horário: 14 horas

Local: Auditório José Alencar

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho

Belo Horizonte/MG

CEP: 30190-921

Foto capa: Willian Dias ([Acervo ALMG](#))

## I – Apresentação

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como convidada a Comissão Extraordinária da Educação Profissional e Tecnológica, recebeu, em 5/6/2025, Igor de Alvarenga Oliveira Icassati Roja, secretário de Estado de Educação, que prestou informações sobre a gestão de sua área de competência relativamente ao período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2025, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

**Acesse o vídeo da íntegra da reunião:** clique aqui <https://www.youtube.com/watch?v=UMCml0xv5Rk> para assistir a reunião. Ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: [almg.gov.br/fiscaliza](http://almg.gov.br/fiscaliza).

## II – Presenças

**Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia:** Deputadas Beatriz Cerqueira, Ione Pinheiro e Lohanna (substituindo o deputado Hely Tarquínio) e deputados Luizinho e Lincoln Drumond.

**Poder Executivo:** Igor de Alvarenga Oliveira Icassati Roja, secretário de Estado de Educação.

**Demais presenças:** Deputadas Carol Caram, Andréia de Jesus, Chiara Biondini e deputados Antonio Carlos Arantes, Arlen Santiago, Duarte Bechir, João Magalhães, Bruno Engler, Adriano Alvarenga e Enes Cândido.

## III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza, os principais temas discutidos durante a reunião foram:

- proposta de transferência à União da gestão da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, incluindo seus bens móveis e imóveis, com a finalidade de pagamento ou amortização da dívida estadual, no âmbito do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, instituído pela Lei Complementar Federal nº 212, de 2025, conforme previsto no Projeto de Lei nº 3.738/2025; questionamentos acerca da viabilidade técnica e jurídica da medida, bem como dos impactos para estudantes e servidores efetivos e contratados.
- proposta de transferência à União de bens imóveis pertencentes ao Estado e vinculados à educação, incluindo imóveis da Fundação Helena Antipoff, da Fundação Educacional Caio Martins – Fucam –, da Uemg e da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, bem como das escolas estaduais Governador Milton Campos (Colégio Estadual Central), Dr. Amaro Barreto, Vicente de Paula Neves e Jerônimo Pontelo de Couto, também com o propósito de pagamento ou

amortização da dívida estadual, no âmbito do Propag, conforme previsto no Projeto de Lei nº 3.733/2025; questionamentos acerca da existência e conclusão de estudos técnicos e jurídicos específicos que atestem a viabilidade da alienação de cada um desses imóveis;

- implementação de Parceria Público-Privada – PPP – em 112 escolas estaduais, conforme anunciado pelo secretário de Estado de Educação durante visita ao Município de Montes Claros;
- nomeação dos aprovados no concurso público Edital SEE nº 3/2023, para provimento dos cargos das carreiras de Professor de Educação Básica, Especialista em Educação Básica, Analista Educacional, Analista de Educação Básica, Técnico da Educação e Assistente Técnico de Educação Básica do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação; questionamentos sobre a afirmação de que 100% dos candidatos aprovados foram nomeados, diante de dados que indicam um número inferior de nomeações;
- denúncias de assédio moral na Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais, apresentadas durante a audiência pública realizada em 16/5/2025 pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. Foi solicitada a devida apuração dos fatos, com a possibilidade de afastamento da gestão;
- questionamentos sobre medidas de proteção aos profissionais de educação vítimas de violência nas escolas estaduais;
- implementação da Lei nº 25.156, de 2025, que autoriza medidas de segurança nas escolas, especialmente no que se refere ao uso de detectores de metais e designação de policiais militares da ativa ou da reserva para atuação nas escolas estaduais;
- expansão dos Núcleos de Acolhimento Educacional – NAEs –, por meio das Ações 1033 – Modalidades e Temáticas Especiais – e 2116 – Projeto Saúde na Escola, integrantes do Programa 167 do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2025-2027;
- Programa Passaporte Mineiro; questionamentos sobre os critérios de adesão dos municípios, a previsão de atendimento para o exercício seguinte, o quantitativo atual de estudantes contemplados e a possibilidade de ampliação do programa para atender também os professores da rede estadual;
- adoção de edificações modulares na rede estadual de ensino, tomando como referência a experiência implementada na Fundação Helena Antipoff;
- situação funcional dos profissionais de educação da rede estadual de ensino em contextos de adesão dos municípios ao Programa “Mãos Dadas”;

- políticas públicas educacionais adotadas pela SEE para atender às especificidades regionais, em especial das regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais (Jequitinhonha e Mucuri);
- implementação do *Diário Escolar Digital*, considerando os desafios de conectividade enfrentados por escolas situadas em regiões do interior do Estado com acesso limitado à internet;
- questionamentos sobre os investimentos e as políticas públicas para a educação especial, com ênfase no atendimento a crianças com Transtorno do Espectro Autista.
- infraestrutura das sedes das Superintendências Regionais de Ensino de Montes Claros, cujo prédio apresenta comprometimento estrutural, e de Januária, onde o calor excessivo demanda a instalação de aparelhos de ar-condicionado.

#### **IV – Compromissos**

##### **Compromissos e posicionamentos do Executivo**

- Não há, no momento, estudos concluídos ou em andamento a respeito da federalização da Uemg no âmbito do Propag.
- Caso a Assembleia Legislativa, por meio do diálogo político, delibere pela exclusão de imóveis pertencentes ao Estado e vinculados à área de educação da lista de bens previstos para alienação com a finalidade de pagamento ou amortização da dívida estadual, no âmbito do Propag, a SEE apoiará essa decisão.
- Na hipótese de alienação de imóveis sob a gestão da SEE para a União, no âmbito do Propag, a Pasta atuará para garantir a continuidade da oferta do serviço público educacional.
- Há ações em curso realizadas pela SEE para melhorar o clima escolar, como o fortalecimento dos regimentos e dos Projetos Político-Pedagógicos, a distribuição do Guia da Escuta Protegida, a instalação de câmeras de segurança nas escolas, a atuação dos Núcleos de Atendimento Educacional e a criação do Serviço de Acompanhamento Sociofuncional.
- As denúncias de assédio moral na Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores, apresentadas durante a audiência pública realizada em 16/5/2025 pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, ainda não haviam sido formalmente recebidas pela Pasta. O secretário comprometeu-se a analisar o caso tão logo receba os registros e a apresentar uma devolutiva.
- Está prevista a implementação de Parceria Público-Privada em 112 escolas estaduais, pertencentes às Superintendências Regionais de Ensino Metropolitanas A, B e C, Januária e Montes Claros. A empresa a ser contratada, mediante processo licitatório precedido de consulta pública, será responsável pelo fornecimento de mobiliário, equipamentos e pela execução de serviços de

manutenção predial, inclusive de limpeza e pequenos reparos. A gestão pedagógica e as ações relacionadas à oferta de alimentação escolar permanecerão sob responsabilidade da SEE.

- O secretário reconheceu a importância de experiências internacionais também para os profissionais de educação e comprometeu-se a realizar estudos visando à expansão do programa “Passaporte Mineiro” para contemplar os professores da rede estadual de ensino.
- A SEE estuda a adoção da construção modular em caráter emergencial e para locais de difícil acesso, visando ampliar e adequar a infraestrutura escolar, especialmente diante da expansão do ensino médio em tempo integral.
- A SEE tem avançado no aprimoramento do *Diário Escolar Digital*, visando desburocratizar o registro de notas e a elaboração dos planos de curso. O objetivo é facilitar a seleção dos planos pelos professores, com a perspectiva de integrar o plano de curso diretamente ao sistema.
- O secretário comprometeu-se a consultar sua equipe técnica sobre a possibilidade de expansão dos Núcleos de Acolhimento Educacional – NAEs – no escopo das Ações 1033 – Modalidades e Temáticas Especiais – e 2116 – Projeto Saúde na Escola – do Programa Estadual de Desenvolvimento da Educação Básica – PPAG 2025-2027 e a dar retorno posteriormente.
- No âmbito do Programa Mãos Dadas, servidores efetivos da rede estadual de ensino podem ser cedidos ao município mediante interesse mútuo, com ônus para o Estado; caso não desejem permanecer na escola municipalizada, são remanejados para outra escola estadual na mesma cidade, em cidades vizinhas ou em outro local de sua preferência. Diretores são realocados como vice-diretores em outras escolas até o término do mandato.
- Os livros para as escolas públicas são distribuídos pelo governo federal, por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático. O Estado orienta as escolas a avaliarem o uso conforme o público, não havendo censura nem retirada automática, mas sim análise do contexto e faixa etária.
- Não há, no momento, estudos em andamento para implementar a Lei nº 25.156, de 14/5/2025, que autoriza medidas de segurança nas escolas.

#### **IV – Encaminhamentos parlamentares**

##### **Encaminhamentos dos parlamentares – Requerimentos**

**RQN Nº 12.830/2025**: Pedido de informações à secretária de Estado de Planejamento e Gestão sobre os impactos previstos para os servidores efetivos e contratados da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 3.738/2025, que prevê a transferência da gestão da instituição para a União, incluindo esclarecimentos sobre as medidas planejadas para assegurar a

preservação dos direitos desses servidores.

**RQC nº 16.472/2025:** Pedido de informações ao secretário de Estado de Educação sobre as iniciativas realizadas no âmbito da Ação 1033 – Modalidades e Temáticas Especiais –, e da Ação 2116 – Projeto Saúde na Escola –, ambas integrantes do Programa 167 – Programa Estadual de Desenvolvimento da Educação Básica –, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2025-2027, voltadas à ampliação dos Núcleos de Acolhimento Educacional – NAEs.

**RQC nº 16.474/2025:** Pedido de informações ao secretário de Estado de Educação sobre o modelo de Parceria Público-Privada – PPP – que a Secretaria de Estado de Educação planeja implementar em 112 escolas estaduais, conforme relatado pelo secretário de Estado de Educação em reunião do Assembleia Fiscaliza realizada em 5/6/2025, especificando: as características do modelo de PPP que se pretende adotar, com a indicação dos serviços e atividades que integrariam o escopo da parceria; a relação das 112 escolas estaduais que seriam abrangidas pela PPP com a identificação de seus respectivos municípios; as atividades atualmente desempenhadas por profissionais de educação que passariam a ser de responsabilidade da empresa contratada; e o impacto previsto sobre os profissionais de educação, indicando medidas planejadas para a preservação dos direitos desses servidores.

**RQC nº 16.473/2025:** Pedido de informações ao secretário de Estado de Educação sobre o Programa Trilhas de Futuro Educadores, especificando: o número de profissionais de educação que concluíram os cursos de mestrado e doutorado ofertados no âmbito do programa; o número de profissionais de educação aprovados nos processos seletivos para os cursos de mestrado e doutorado que, apesar da aprovação, não foram contemplados com vagas devido à limitação da oferta disponível; e a existência de iniciativas em andamento para ampliação do número de vagas ofertadas nos cursos de mestrado e doutorado, incluindo a estimativa do quantitativo de novas vagas que poderão ser disponibilizadas nos próximos editais.

Belo Horizonte, 3 de setembro de 2025.

**Deputada Beatriz Cerqueira**

Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia